

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 29 de Fevereiro de 2008.

Área Temática: Política de crédito

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

CNA: prorrogações atingem universo restrito – Sítio Eletrônico da CNA – 01/02/2008.4	
Lula e bancos discutem corte de crédito para quem desmata – Folha de São Paulo – Ciência – 01/02/2008.....	4
81,7% DO CRÉDITO DE CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO FORAM A JUROS CONTROLADOS NA METADE DA SAFRA 2007/2008 - Katja Polisseni – Sítio Eletrônico do MAPA – 01/02/2008.....	5
Governo cede e volta a rolar as dívidas rurais - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios - 01/02/2008	6
Novas normas para bancos cooperativos – Valor Econômico – Agronegócios - 01/02/2008.....	7
Agricultores têm até 15 de fevereiro para pagar Pronaf – Sítio Eletrônico da Contag - 08/02/2008.....	7
Fazenda veta dados sobre dívida rural - Adriana Fernandes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/02/2008.....	8
Nota à Imprensa- Sítio Eletrônico do MMA – 11/02/2008.....	10
Planalto discute ações para regular financiamento - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Vida & - 12/02/2008.....	10
Criada cooperativa central de crédito – Sítio Eletrônico do MDA - 12/02/2008	11
Desmate poderá impedir acesso a crédito bancário – Felipe Seligman – Sítio Eletrônico do MST – 12/02/2008.....	12
Gastos do governo com o campo crescem em 2007 - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 12/02/2008	13
Rolagem de dívidas e subsídios diretos somam R\$ 7 bilhões – Valor Econômico – Agronegócios - 12/02/2008	15
CNA reivindica mais facilidade no acesso a recursos – Sítio Eletrônico da CNA – 14/02/2008.....	16
Termina hoje o prazo do Pronaf com desconto – Sítio Eletrônico do MDS – 14/02/2008	16
CNA recomenda pagamento das parcelas de investimento – Sítio Eletrônico da CNA – 15/02/2008.....	17

Marina Silva quer vetar empréstimos a desmatadores - Eduardo Nunomura – Estado de São Paulo – Vida & - 15/02/2008..... 18

BNDES fará 'especulação do bem' - Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 15/02/2008..... 19

Segunda Quinzena

Débitos rurais devem ser cobrados por execução cível - Luiza de Carvalho – Valor Econômico – Legislação e Tributos - 19/02/2008..... 20

Renovação de cafezais volta a ter recursos do governo - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 20/02/2008..... 21

Projeto prevê alongamento de dívida rural por até 20 anos - Sítio Eletrônico da CNA - 21/02/2008..... 22

Faep quer solução para dívidas dos cafeicultores – Sítio Eletrônico da CNA – 22/02/2008..... 23

CNA defende suspensão de cobranças de dívidas até lançamento do PAC – Sítio Eletrônico da CNA – 26/02/2008..... 24

Prazo para adesão ao Garantia-Safra termina hoje (29) – Sítio Eletrônico do MDA – 26/02/2008..... 24

Entidades ligadas à Agricultura Familiar discutem Pronaf Sistêmico..... 25

- Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf sul - 28 de fevereiro de 2008..... 25

CMN aprova exigências ambientais para liberação de crédito rural na Amazônia - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 28/02/2008 26

Para conter desmatamento, novas regras dificultam crédito rural - Fabio Graner – Estado de São Paulo – Vida & - 29/02/2008..... 27

Bancos restringem empréstimos a produtor ligado a desmatamento – Folha de São Paulo – Brasil – 29/02/2008 29

Crédito para arroz – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 29/02/2008 30

Governo corta incentivos ao plantio direto – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 29/02/2008 30

CNA: prorrogações atingem universo restrito – Sítio Eletrônico da CNA – 01/02/2008

A prorrogação do prazo de renegociação das parcelas de dívidas de crédito rural com vencimento entre 1º de janeiro e 30 de março deste ano, para 31 de março, segundo voto aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentado nesta sexta-feira pela [Resolução nº 3.537](#), mais uma vez não corresponderá às expectativas do setor produtivo rural, por contemplar um universo restrito de produtores e de operações antigas e localizadas regionalmente. A avaliação é do assessor técnico da Comissão Nacional de Crédito Rural da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Luciano Carvalho. “O governo tem se preocupado em alargar as parcelas, mas esquece do estoque, da real capacidade de pagamento do produtor. É pouco e não atingiu o universo esperado”, argumenta.

As prestações que tiveram o prazo alargado se referem às dívidas de securitização (I e II), Pesa, Recoop, contraídas com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), ou com risco do Tesouro Nacional.

Também foi concedido novo prazo para renegociações, no Banco do Nordeste (BNB), para operações de crédito rural no âmbito da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Com isso, o prazo para a formalização e repactuação de dívidas, que havia expirado em 30 de julho do ano passado, foi ampliado para 31 de março. O BNB terá até 30 de junho para fornecer aos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional as informações referentes aos contratos. O prazo anterior havia se encerrado em 30 de setembro de 2007.

Segundo Luciano Carvalho, as oportunidades de renegociação ficam reduzidas com o alargamento dos prazos para renegociação, e não há o tratamento esperado para o produtor rural. “A questão tem de ser tratada de forma mais estrutural”. Ainda de acordo com o técnico, mesmo com a recente e lenta recuperação de renda do produtor, esta ainda não “tapa os buracos do passado”.

Lula e bancos discutem corte de crédito para quem desmata – Folha de São Paulo – Ciência – 01/02/2008

Para tirar do papel uma das principais medidas de combate ao desmatamento -o corte do crédito público com juros subsidiados a atividades econômicas associadas à devastação da Amazônia-, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou dirigentes de bancos públicos para uma reunião no Palácio do Planalto. O encontro está marcado para a segunda-feira depois do Carnaval.

O mais recente dado disponível no Banco Central indica a concessão de meio bilhão de reais em financiamentos a pecuaristas e agricultores apenas em 2006 nos 36 municípios que mais desmatam a Amazônia, segundo levantamento feito pela Folha. A ONG Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) estimou em quase R\$ 2 bilhões os

empréstimos concedidos entre o início do governo Lula e outubro de 2007 a pecuaristas na região amazônica.

As instituições responsáveis pelo maior volume de crédito são o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e o BNDES.

Apesar de uma norma antiga exigir que empresas que contraem empréstimo estejam em dia com o cumprimento de leis ambientais do país, a regra não é cumprida. "É um volume significativo de dinheiro que não pode ser colocado à disposição sem critérios ambientais, precisamos viabilizar a decisão de que os bancos públicos não financiem mais atividades que patrocinem o desmatamento ilegal", disse a ministra Marina Silva (Meio Ambiente).

A medida, prevista em decreto presidencial editado em dezembro, depende da divulgação da lista de propriedades embargadas por desmatamento ilegal. O decreto de Lula também prevê a punição de quem comprar produtos de propriedades embargadas. (MS)

81,7% DO CRÉDITO DE CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO FORAM A JUROS CONTROLADOS NA METADE DA SAFRA 2007/2008 - Katja Polisseni – Sítio Eletrônico do MAPA – 01/02/2008

Brasília (1º.2.2008) - No primeiro semestre da safra 2007/2008, entre julho e dezembro de 2007, foram liberados R\$ 26,9 bilhões para custeio e comercialização. Desse total, 81,7% foram contratados a juros controlados. Além da estabilidade econômica, que favorece o aumento de depósitos à vista e de captação da caderneta de poupança rural, um dos estímulos à contratação de crédito a juros controlados, foi a redução da taxa de juros para o setor, que passou de 8,75% para 6,75% ao ano na atual safra, segundo o coordenador-geral de Análises Econômicas do Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola, Marcelo Fernandes Guimarães.

A participação é maior que a registrada nos seis primeiros meses da safra 2006/2007, quando os juros controlados representaram 79,5% do liberado para custeio e comercialização. O valor liberado para custeio e comercialização entre julho e dezembro de 2007, superou em 25,1% o montante efetivado no mesmo período na safra 2006/2007. Já a contratação de crédito rural para investimento aumentou 26,9% em relação à safra 2006/2007 e liberou R\$ 3,3 bilhões.

O financiamento pelos programas de investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) cresceu significativamente no segundo semestre de 2007, superando em 30,7% o contratado no mesmo período de 2006. Entre essas linhas de crédito, o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) liderou as contratações e registrou, no mesmo período, aumento de 37,3%.

Todos os programas de investimentos foram beneficiados com a redução de juros para 6,75%. No caso do Moderforta, na safra 2007/2008 a redução efetiva de juros foi de 8,75% ao ano para 7,5% ao ano, para produtores com renda bruta anual inferior a R\$ 250 mil, e de 10,75% ao ano para 9,5% ao ano, para os demais. (Katja Polisseni)

Governo cede e volta a rolar as dívidas rurais - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios - 01/02/2008

O governo cedeu à pressão dos agricultores, apoiados pela bancada ruralista no Congresso, e mais uma vez decidiu flexibilizar os pagamentos de suas dívidas. Os produtores terão até 31 de março para pagar as parcelas de suas dívidas que vencem entre 1º de janeiro e 30 de março deste ano.

A dilatação de prazos para dívidas antigas está limitada às operações com risco do Tesouro ou do Funcafé (fundo de apoio à cafeicultura) e também para as mantidas com recursos dos fundos constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Os beneficiados são os vinculados aos programas Securitização I e II, Pesa, Recoop e Funcafé. A decisão foi tomada ontem pelos ministros que integram o Conselho Monetário Nacional (CMN).

O secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, disse que esses vencimentos com prazos dilatados têm valor inferior a R\$ 200 milhões neste primeiro trimestre. A proposta inicial era a de prorrogar todos os vencimentos de custeio e investimento corrente nos primeiros três meses de 2008.

O conselho também aprovou prazos adicionais para as parcelas que vencem entre 2 de janeiro e 30 de junho deste ano nos financiamentos de custeio, colheita e estocagem com recursos do Funcafé das safras 2005/06 e 2006/07. O objetivo é evitar a concentração no início do ano dos pagamentos que envolvem cerca de R\$ 1 bilhão. Ficam mantidas as taxas de juros contratadas. Segundo o secretário, não haverá impacto orçamentário porque os valores prorrogados serão descontados dos limites tomados para a próxima safra de café.

Nessa prorrogação de prazos para os produtores de café, aproximadamente R\$ 600 milhões são de operações de custeio e colheita e o restante de estocagem. As prestações que vencem entre 2 de janeiro e 28 de fevereiro podem ser pagas até 29 de fevereiro, sem a necessidade de aditivo ao contrato.

No caso da estocagem do café, será exigido o pagamento mínimo de metade do valor das parcelas que vencem entre 2 de janeiro e 30 de junho. Foi concedida a prorrogação de até 50% do valor de cada parcela por até seis meses, contados do vencimento original.

Para os financiamentos de custeio e colheita do café, o pagamento mínimo exigido é de 25% do valor de cada parcela que vence entre 2 de janeiro e 30 de junho. Na prorrogação de até 75% de cada prestação, o mínimo é de 25% em até seis meses contados do prazo original. O reembolso do saldo devedor remanescente será liquidado em até dois pagamentos anuais iguais e consecutivos, com vencimentos adequados ao fluxo de receita da atividade, sem que seja ultrapassada 30 de dezembro de 2010.

Segundo Bittencourt, o governo vai apresentar até o final de março ampla proposta de redução das dívidas rurais, principalmente as antigas, tomadas nos anos 80 e 90. O total envolvido nessas operações é de R\$ 87,5 bilhões. Contando os financiamentos de custeio

da safra corrente, que o secretário não considera exatamente dívida, o volume sobe para R\$ 130 bilhões.

A prioridade do governo é resolver o grupo de dívidas antigas renegociadas, avaliadas em R\$ 30 bilhões. Outros R\$ 10 bilhões estão em operações de safras recentes. O grupo relativo aos investimentos correntes está mensurado em R\$ 28,5 bilhões e a conta relativa aos recursos dos fundos constitucionais é de R\$ 12 bilhões. Inscritos na dívida ativa estão R\$ 7 bilhões.

Novas normas para bancos cooperativos – Valor Econômico – Agronegócios - 01/02/2008

Os ministros do Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizaram os bancos cooperativos a contratar correspondentes bancários para captação de depósitos de poupança rural. O Banco Central informou que, desde 2004, apenas cooperativas de crédito rural e de livre admissão podiam contratar essas empresas após a devida autorização. A mudança das normas aprovada pelo CMN faz com que os bancos cooperativos sejam submetidos à mesma regulamentação imposta aos seus concorrentes no segmento de poupança rural.

Segundo o BC, o depósito de poupança rural foi criado pela resolução nº 1.188, em setembro de 1986, com objetivo de captar recursos destinados ao desenvolvimento da agricultura. No início, apenas os bancos federais foram autorizados a receberem depósitos desse instrumento financeiro.

Em novembro, o CMN autorizou linha de crédito para as cinco instituições autorizadas a operar com poupança rural. Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Basa, Bansicred e Bancoob podem oferecer, até 30 de junho, financiamentos com taxa média de 10,5% ao ano, sem equalização do Tesouro e sob condições limitadas. O objetivo era reduzir juros ao produtor e beneficiar compromissados com operações na linha FAT Giro Rural.

Naquela oportunidade, o Conselho Monetário também permitiu, nos R\$ 3,5 bilhões já contratados no FAT Giro Rural, a migração de até R\$ 500 milhões para as condições da poupança rural cuja taxa é de 6,75% ao ano. O FAT Giro Rural foi fonte para financiar sobretudo produtores do Centro-Oeste com dificuldades na comercialização. Foi definida para esses empréstimos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais 3% a 5% ao ano. (AG)

Agricultores têm até 15 de fevereiro para pagar Pronaf – Sitio Eletrônico da Contag - 08/02/2008

Informe da secretaria de Política Agrícola da Contag - Prazo para pagamento da parcela de 2007 de crédito de investimento

1. No segundo semestre do ano passado, após negociações no Grupo de Trabalho das Dívidas, foi estabelecida a possibilidade de se pagar a prestação de financiamento de

investimento do Pronaf que vence em 2007 com desconto ou então de prorrogar toda esta parcela para o final do contrato.

2. O prazo para que o agricultor procure o banco e faça a sua opção (de pagar com desconto ou de prorrogar toda a parcela) se encerra no próximo dia 15 de fevereiro, de acordo com a Resolução 3.523 do Banco Central, de 20 de dezembro de 2007.

3. É preciso lembrar que esta medida se refere apenas às dívidas de investimentos que estavam em situação de inadimplência até 31 de dezembro de 2006.

4. Em alguns lugares, está ocorrendo confusão em relação a outra resolução que foi publicada em 31/01/2008 (Resolução 3.537), que prorrogou os prazos de outros financiamentos (já prorrogados anteriormente) que venceriam entre primeiro de janeiro e 30 de março de 2008.

5. Estes outros financiamentos são referentes a dívidas antigas com risco do Tesouro Nacional e que estão aguardando decisão do governo sobre como vão ser resolvidas (segundo a Resolução, são dívidas originárias da Securitização, do PESA, do RECOOP e do FUNCAFÉ). Em princípio, o governo havia se comprometido a dar uma resposta para estas dívidas até o final de dezembro de 2007, mas adiou o prazo de anúncio para 30 de março de 2008. Por isso, foi obrigado a prorrogar também o vencimento das dívidas que estão aguardando esta comunicação.

6. Assim, é importante que o agricultor familiar não perca a data de até 15 de fevereiro para procurar o banco e resolver o que fará em relação à parcela do investimento de 2007, dos contratos que estavam em situação de inadimplência em dezembro de 2006. Caso não compareça até a data indicada, entrará na situação de inadimplente.

7. Para as outras dívidas mais antigas da agricultura familiar, continuamos aguardando resposta do governo, prometida agora para serem anunciadas até 30 de março de 2008.

*Secretaria de Política Agrícola da Contag/ Fevereiro de 2008

Fazenda veta dados sobre dívida rural - Adriana Fernandes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/02/2008

Volume negociado nos últimos anos e custo ao contribuinte, só em março - A falta de transparência na divulgação de dados oficiais do governo não se restringe apenas aos gastos com cartões de crédito corporativos. Às vésperas de fechar mais um novo acordo bilionário de renegociação da dívida agrícola, o Ministério da Fazenda vetou a divulgação de informações sobre o volume de dinheiro negociado nos últimos anos, o perfil dos maiores beneficiários (grandes, médios e pequenos produtores) e quanto a ajuda oficial já custou ao contribuinte brasileiro.

Nos últimos 15 anos, o governo federal já fechou, pelo menos, oito grandes acordos de socorro ao setor - um a cada dois anos - sem levar em consideração ajudas pontuais a produtores de safras com dificuldades. E até o fim de março, a equipe econômica prometeu

apresentar uma proposta de renegociação de dívidas do setor. Os ruralistas querem renegociar R\$ 130 bilhões, enquanto a equipe do ministro da Fazenda, Guido Mantega, já anunciou que pretende rever, no máximo, R\$ 40 bilhões do endividamento.

Principal entidade financiadora dos produtores rurais, o Banco do Brasil (BB) também não divulga o custo e o volume das renegociações de dívidas nos últimos 15 anos. Com o argumento de que o balanço será divulgado em breve, a assessoria do BB informou apenas o volume de empréstimos ao setor até o terceiro trimestre de 2007.

Do total de R\$ 150 bilhões da carteira de crédito do BB, R\$ 48,4 bilhões até setembro do ano passado eram ao setor rural. Em 2006, o crédito rural fechou em R\$ 45,1 bilhões, ante R\$ 35,7 bilhões em 2005.

CONTEÚDO EXPLOSIVO - Para subsidiar as negociações, que começaram em meados do ano passado, a secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, responsável em elaborar a proposta, tem um levantamento atualizado e abrangente do socorro federal concedido nos últimos anos. O Estado solicitou ao Ministério da Fazenda, durante uma semana, o acesso às informações. Mas, em resposta ao pedido, a assessoria de Guido Mantega limitou-se a informar que os dados só poderiam ser “disponibilizados” na época da apresentação da proposta, no fim de março.

Uma fonte que integra a cúpula do Ministério da Fazenda confirmou que o assunto tem tratamento sigiloso pelo seu “conteúdo político explosivo”. Com cerca de 200 parlamentares, a bancada ruralista no Congresso Nacional é uma das mais poderosas e organizadas, com forte poder de pressão.

As negociações caminham com dificuldades e movidas a declarações duras de ambas as partes. Com o sinal verde do comando da Fazenda, o secretário-adjunto de Política Econômica, Gilson Bittencourt, na semana retrasada, após reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), delimitou o alcance da disposição do governo em negociar: R\$ 30 bilhões de dívidas acumuladas e renegociadas nas décadas de 80 e 90 e outros R\$ 10 bilhões de renegociações ocorridas entre 2003 e 2006.

Nota à Imprensa- Sítio Eletrônico do MMA – 11/02/2008

Ao contrário do que foi noticiado nesse fim de semana, os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento esclarecem que não estão trabalhando em qualquer proposta de anistia para desmatadores ilegais ou para redução da reserva legal, seja na Amazônia ou em qualquer outra região.

O Governo Federal defende a manutenção da Reserva Legal e a solução dos passivos ambientais no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico e está trabalhando fortemente para aprofundar os mecanismos de penalização efetiva dos desmatadores ilegais, a exemplo da implementação do Decreto 6.321, de dezembro de 2007, que instituiu o embargo econômico de áreas desmatadas ilegalmente e a responsabilização da cadeia de produção.

Os fortes indícios de aumento do desmatamento nos meses de novembro e dezembro de 2007, constatados pelo sistema DETER, impõem para o governo e a sociedade a necessidade de intensificar ações enérgicas que coíbam o desmatamento ilegal. Flexibilizar o Código Florestal como prevê o PL 6.424/2005, aprovado na Comissão da Agricultura da Câmara dos Deputados, em dezembro passado, não levará à diminuição do desmatamento e sim à legalização do passivo ambiental e ao estímulo a novos desmatamentos.

Marina Silva - Ministra do Meio Ambiente

Reinhold Stephanes - Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Planalto discute ações para regular financiamento - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Vida & - 12/02/2008

O governo promoveu ontem mais uma reunião para tentar encontrar medidas mais rigorosas que evitem que bancos oficiais e privados financiem qualquer projeto de quem desmatou na Amazônia. Duas outras reuniões ainda serão realizadas pela área técnica do governo. Até abril, o Planalto espera ter em mãos um banco de dados à disposição das instituições financeiras para que elas possam consultar em tempo real e verificar de fato se quem pede o empréstimo cometeu ilegalidades.

Uma das medidas que o governo quer baixar para aumentar o rigor na concessão de crédito agrícola é aprovação de uma resolução do Conselho Monetário Nacional que obrigaria instituições financeiras a pedir a comprovação de que o produtor rural não desmata além do permitido por lei. Regras impedindo o financiamento para quem desmata já existem desde 1981. De acordo com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a

intenção do governo é “dar mais efetividade” às regras existentes, com novas e mais consistentes ferramentas de controle.

“Nenhum tipo de financiamento será dado para atividades ilegais ou qualquer tipo de apoio a práticas que levem ao uso insustentável de qualquer atividade econômica na Amazônia”, declarou Marina, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Planalto. “As áreas que forem desmatadas ilegalmente serão embargadas, não poderão comercializar a produção; quem comprar, ou transportar, estará sendo contraventor solidário com aquele que desmatou ilegalmente.”

Na reunião, o presidente Lula comentou que considera um erro financiar produtores que estimulam o desmatamento ilegal. “Não é correto a gente ficar financiando coisas que depois nos dão um prejuízo enorme nacional e internacionalmente”, afirmou o presidente. “Quem for financiado pelos bancos terá de cumprir a reserva legal e um desmatamento feito de acordo com a regra”, disse Marina.

Também participaram da reunião o secretário-executivo do MMA, José Paulo Capobianco, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, do Desenvolvimento, Miguel Jorge, representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e presidente de bancos públicos.

Criada cooperativa central de crédito – Sitio Eletrônico do MDA - 12/02/2008

O Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou, no último dia 25, a criação da primeira cooperativa central de crédito do País dentro das novas normas para a profissionalização do setor, estabelecidas na Resolução 3106/2003. A Cooperativa de Crédito de Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia (Ascoob Central) será instalada em Feira de Santana (BA). Ela é considerada, ainda, a primeira do Nordeste direcionada à agricultura familiar e à economia solidária.

A Ascoob Central será formada, inicialmente, por quatro outras cooperativas: Itapicuru, Serrinha, Credimonte e Araci. Juntas, elas têm cerca de 15 mil sócios em 45 municípios baianos, totalizando depósitos da ordem de R\$ 17 milhões e patrimônios de referência de R\$ 3,6 milhões.

O foco na agricultura familiar, o desenvolvimento de um sistema de gestão financeira próprio, a possibilidade de ofertar apoio especializado às filiadas, a ampliação da rede de parcerias, além da formação de capital social, foram algumas das motivações para a criação da Ascoob Central.

As atribuições - Centrais de crédito são organizações de segundo grau com o papel de coordenar sistemas de cooperativas de crédito. “A criação de centrais pode representar um importante impulso ao fortalecimento institucional desses sistemas de cooperativas de crédito por meio da redução de custos operacionais, de uma maior eficiência organizacional e melhor acesso a convênios para prestação de serviços e intermediação financeira, aumentando a segurança do sistema”, afirmou Vital Filho, da gerência de Negócios e Comércio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).

Segundo ele, o resultado desse conjunto de fatores é a melhoria nas condições de sustentabilidade do sistema de crédito da agricultura familiar e da economia solidária.

“No despacho do Banco Central, ficou clara a importância da rede de apoio na viabilização desse projeto. Entre as entidades parceiras, o documento destaca o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito e Economia Solidária (Ancosol) e a União Nacional das Cooperativas da Economia Familiar e Solidária (Unicafes)”, finalizou.

Desmate poderá impedir acesso a crédito bancário – Felipe Seligman – Sítio Eletrônico do MST – 12/02/2008

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estuda a criação de um mecanismo para que os bancos brasileiros, tanto públicos quanto privados, sejam obrigados a condicionar a concessão de empréstimos à legalidade ambiental dos produtores rurais.

A proposta foi discutida nesta segunda-feira (11), no Palácio do Planalto, em uma reunião em que participaram o presidente Lula, os ministros Guido Mantega (Fazenda), Miguel Jorge (Desenvolvimento) e Marina Silva (Meio Ambiente), além de representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e dos bancos estatais brasileiros.

"Estamos criando mecanismos efetivos para que produtores rurais que realizam o desmatamento fiquem proibidos de receber incentivos financeiros", disse Marina Silva a jornalistas, ao final da reunião.

No encontro, Mantega propôs uma edição de uma resolução do Conselho Monetário Nacional, que deve se reunir no final do mês, para regulamentar tal mecanismo.

Além disso, o presidente encomendou aos participantes da reunião uma série de medidas, para serem apresentadas na semana que vêm, com o intuito de por em prática uma lei de 1981.

Durante a discussão, segundo a Folha apurou, o presidente Lula disse que "não é correto a gente ficar financiando coisas que depois nos dão prejuízo enorme, não só nacionalmente como internacionalmente".

A lei no 6.938 diz que as "entidades e órgãos de financiamento incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento, na forma de lei, e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo Conama [Conselho Nacional do Meio Ambiente]".

Tal lei também prevê aos que não cumprirem as determinações exigidas "a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito".

Em 2003, o governo também anunciou que a verba do FNO (Fundo Constitucional da Região Norte) seria totalmente usada para financiar atividades sustentáveis, como o manejo florestal de baixo impacto.

Na prática, nada disso aconteceu. Os bancos continuam fornecendo empréstimos a juros subsidiados --os mais baixos do país-- a agricultores e pecuaristas na Amazônia. Do começo do governo Lula até 2007, segundo um cálculo do Imazon (Instituto do Homem e

Meio Ambiente da Amazônia), a pecuária na região recebeu R\$ 1,89 bilhão em financiamento só do FNO. Apesar da proibição formal, o dinheiro acaba sendo usado indiretamente para derrubar a floresta, já que o produtor sabe que terá lucro com sua atividade.

De acordo com o diretor do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Azevedo, apesar da existência dessa lei e de um compromisso firmado em meados dos anos 1990, chamado de Protocolo Verde, as entidades financeiras não têm mecanismos para saber se estão financiando o desmate ilegal.

"O banco só tinha como saber isso indo ao local. Agora com o recente decreto, editado em dezembro passado, as entidades não terão como não saber", afirmou Azevedo. "Mesmo com a legislação, grande quantidade de recursos foi alocada nos últimos anos na Amazônia, e com certeza parte desse dinheiro foi usado para o desmatamento ilegal."

O decreto estabeleceu o recadastramento de propriedades rurais dos 36 municípios considerados os campeões no recente desmatamento da Amazônia. Para se recadastrar, os proprietários devem mostrar aos técnicos do Incra a planta georreferenciada, ou seja, uma imagem de satélite com as coordenadas completas da propriedade, que ao final será disponibilizada na internet. Um sistema será criado até abril, com o novo cadastro, mostrando quais realizam e quais não realizam o desmatamento ilegal.

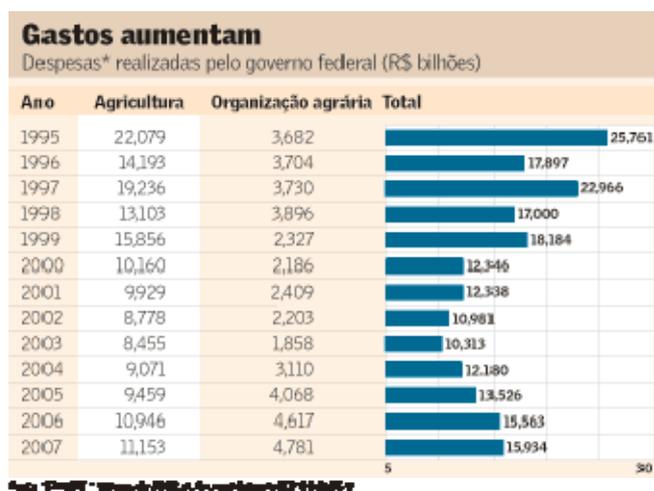
Ao financiar produtores rurais, os bancos serão obrigados a checar tal sistema.

Gastos do governo com o campo crescem em 2007 - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 12/02/2008

O governo federal usou R\$ 7,36 bilhões de recursos do Tesouro Nacional para financiar os gastos com comercialização e crédito rural em 2007. Mesmo em um ano de bonança para o campo, na comparação com 2006, a União elevou em 23% os gastos com equalização de juros nas operações de custeio, crédito para a reforma agrária, sustentação de preços, formação de estoques públicos e compras diretas dos produtores (AGF).

Os dados do Tesouro, compilados pela Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura e obtidos pelo Valor, apontam para um gasto global de R\$ 15,93 bilhões no setor ao longo do ano passado. Foram R\$ 11,15 bilhões para a chamada agricultura empresarial e outros R\$ 4,78 bilhões para o segmento familiar e a reforma agrária. "Essa despesa significa um acréscimo real de 12,8% em relação ao ano anterior [2006]", diz o coordenador de Planejamento Estratégico do ministério, José Garcia Gasques.

O aumento real de despesas verificado na comparação entre 2006 e 2007 deve-se, segundo Gasques, às alterações nas prioridades do governo. Houve, por exemplo, redução nos gastos com o programa de desenvolvimento da economia, o que levou a uma queda de R\$ 175 milhões com as despesas de promoção da produção vegetal.



Depois de problemas com a febre aftosa em 2005, o governo reduziu seus gastos com a defesa sanitária animal. As despesas caíram de R\$ 131,1 milhões para R\$ 103 milhões. Também recuaram os dispêndios públicos com a formação de estoques de passagem, o que resultou na retração de R\$ 998,7 milhões para R\$ 660,5 milhões nesses gastos. "O ano de 2007 foi bom do ponto de vista de produção, preços e renda agrícola. Por isso, caíram as despesas no programa de abastecimento", afirma Gasques.

Ao mesmo tempo, houve aumento nas despesas com irrigação, que saltaram de R\$ 258,5 milhões para R\$ 685 milhões. O fato é atribuído à ativação de uma centena de pequenos projetos de irrigação sob a gestão do Ministério da Integração Nacional.

As estatísticas oficiais mostram também que o governo privilegiou os gastos com a reforma agrária, aumentando em 7,5% as despesas com instalação das famílias assentadas (62%), crédito para a aquisição de terras (26%) e fundo para a garantia de safra (11,5%). No total, foram R\$ 1,61 bilhão no ano passado, o equivalente à metade do que se tem gasto na política tradicional de crédito. E, pela primeira vez, essas despesas superaram os gastos com financiamento e equalização de juros no Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), que obteve R\$ 1,45 bilhão em 2007.

"Os ruralistas ganham lá fora com os preços altos das commodities e aqui dentro com crédito farto e subsidiado. E ainda querem uma nova rolagem das dívidas", diz o assessor de Política de Reforma Agrária do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Edécio Vigna.

As despesas da União com a política de crédito rural a produtores, cooperativas e agricultores familiares totalizaram R\$ 3,23 bilhões em 2007. A principal mudança foi no aumento dos gastos com o crédito de custeio agropecuário, cujas despesas com financiamento e equalização aumentaram de R\$ 376,4 milhões, em 2006, para R\$ 1 bilhão em 2007. As operações de investimento rural e agroindustrial, além das relativas às renegociações da dívida agrícola, seguiram sem alterações.

Houve, ainda, uma redução das despesas com o financiamento e equalização da agricultura familiar, de R\$ 1,64 bilhão, em 2006, para R\$ 1,45 bilhão em 2007. "Como o mecanismo da equalização tem como objetivo alavancar recursos do sistema bancário, essa queda reduz o montante de crédito de investimento e de custeio para a agricultura familiar", avalia Gasques.

Rolagem de dívidas e subsídios diretos somam R\$ 7 bilhões – Valor Econômico –
Agronegócios - 12/02/2008

A análise dos gastos públicos com a agricultura e organização agrária em 2007 mostram uma significativa elevação nas despesas com subsídios e rolagem das dívidas renegociadas nos últimos dez anos.

Os chamados "encargos especiais" apontam um aumento de R\$ 3,51 bilhões para R\$ 5,13 bilhões (+46%) nas subvenções à agricultura empresarial, segundo dados consolidados pela Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura. No segmento familiar, as despesas dobraram para R\$ 1,61 bilhão no mesmo período, segundo dados deflacionados pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas. Na soma da última década, os cofres públicos arcaram com gastos totais de R\$ 25,83 bilhões.

Mesmo com um ano considerado bom para a atividade agropecuária, o setor rural provocou, em 2007, um acréscimo de 4,8% nas despesas com subsídios oficiais. Foram R\$ 6,96 bilhões. "Esses são gastos com programas, projetos ou atividades subvencionados economicamente pelo governo federal, como formação de estoques públicos, financiamento e equalização do Pronaf [agricultura familiar] e parte das despesas com as renegociações da dívida agrícola", resume o coordenador de Planejamento Estratégico do ministério, José Garcia Gasques.

Quando separadas dos demais gastos da União com programas subsidiados, as despesas com a rolagem da dívida agrícola securitizada a partir de 1995 apontam para uma significativa redução nos últimos dois anos. Nesse item, os dispêndios recuaram de R\$ 3,78 bilhões, em 1998, para R\$ 443,3 milhões no ano passado. Em 2006, o Tesouro Nacional havia desembolsado R\$ 495,3 milhões para cobrir essas despesas.

Gasques explica que a redução deve-se ao alongamento das dívidas de até R\$ 200 mil por beneficiário por um prazo bastante elástico, de até 25 anos em alguns casos. Por isso, os gastos tendem a se reduzir a longo prazo, segundo ele. De 1998 a 2007, porém, o Tesouro Nacional gastou R\$ 25,83 bilhões com os custos da dívida dos produtores rurais.

"Esse é um custo que a sociedade precisa avaliar se vale a pena porque os ruralistas estão sempre atrás de uma nova rolagem de dívidas", afirma o assessor de Política de Reforma Agrária do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Edécio Vigna. O Congresso Nacional avalia uma nova proposta de renegociação geral dos débitos. (MZ)

CNA reivindica mais facilidade no acesso a recursos – Sítio Eletrônico da CNA – 14/02/2008

As freqüentes reclamações de diversos produtores rurais sobre as dificuldades de acesso ao crédito e as regras a que são submetidos para obterem os recursos levaram a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) a expor ao Banco do Brasil (BB) os problemas enfrentados pelo setor, durante reunião realizada nesta quarta-feira (13/02), com o vice-presidente e o diretor de Agronegócio da instituição financeira, Luís Carlos Guedes Pinto e José Carlos Vaz. Pela CNA, participaram presidentes de três Comissões Nacionais: Macel Caixeta (Cereais, Fibras e Oleaginosas), Carlos Sperotto (Crédito Rural) e Mário Borba (Assuntos do Nordeste).

Os representantes da Confederação defenderam, entre outros pontos, a implantação do crédito rotativo, a redução da burocracia, melhor atendimento das agências bancárias e aumento do número de funcionários para prestar informações a respeito do crédito rural. Também criticaram as taxas pagas para o seguro penhor rural, além da venda casada e das garantias exigidas para o empréstimo. “Os problemas do setor se somam”, explicou Sperotto. Segundo ele, os representantes do BB concordaram com as posições expostas pela CNA e prometeram avaliar o caso. “A reunião foi bastante produtiva. Eles ficaram de trabalhar in loco para verificar a situação”, relatou.

De acordo com ele, a melhoria de condições para a tomada de créditos está relacionada a uma participação maior do setor rural na elaboração do próximo Plano Safra e à inclusão de um universo maior de produtores. “Não abrimos mão de participar da elaboração. Não pode ser goela abaixo. O banco também enfatizou a necessidade de um universo maior de produtores no plano”, complementou Sperotto

Termina hoje o prazo do Pronaf com desconto – Sítio Eletrônico do MDS – 14/02/2008

Os agricultores familiares têm até hoje (15) para pagar com desconto (bônus de adimplência) os financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que venceram no último mês de dezembro. A medida vale para contratos de investimento – mas estritamente as parcelas vencidas em 31/12/2006 – e pode beneficiar cerca de 38 mil contratos pendentes somente do Banco do Brasil (BB). Desse total, a maior parte (60%) pertence aos grupos A, A/C e B. O percentual dos abatimentos (ou rebates, como são conhecidos) é variável: de 10% para o grupo B e de 18% para as demais linhas de investimento do Pronaf.

Já os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará e Santa Catarina representam 70% do volume de contratos do Banco do Brasil que estão em situação de pagamento com desconto. Juntos, estes representam mais de 27 mil contratos.

Os 10 principais municípios com contratos no BB em situação de pagamento com bônus até amanhã são: Bagé (RS), Buritis (MG), Coronel Bicaco (RS), Corumbá (MS),

Mãe do Rio (PA), Parauapebas (PA), Ponta Porã (MS), Santana do Livramento (RS), Sidrolândia (MS) e Unai (MG).

De acordo a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), o prazo estabelecido para que os agricultores familiares se beneficiem do bônus não será prorrogado.

As condições:

1. Para os agricultores que fizerem o pagamento parcial, o bônus valerá sobre a parcela que está sendo paga.

2. Nos pagamentos entre 15% e 50% da dívida, será concedido bônus de 5% sobre o valor total das parcelas de 2007 e, também, permitida a prorrogação do valor restante para até um ano após o vencimento da última prestação.

3. Para o caso acima, poderá ser concedida, ainda, a prorrogação do saldo restante para até um ano após o vencimento da última parcela.

4. No caso de pagamento superior a 50% da parcela, será aplicado sobre o valor que está sendo pago desconto de 10% para o grupo B e de 18% para os grupos A, C, D e E do Pronaf, mais as linhas Agroindústria, Floresta, Agroecologia, Mulher, Jovem e Semi-árido.

5. Os descontos são cumulativos aos bônus de adimplência contratualmente assegurados nos grupos A e B.

CNA recomenda pagamento das parcelas de investimento – Site Eletrônico da CNA – 15/02/2008

O presidente da Comissão Nacional de Crédito Rural da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Carlos Sperotto, orientou os produtores rurais que têm parcelas de dívidas relativas a investimento rural, que venceram em 2007, a procurarem as instituições financeiras até amanhã (15/02) para regularizarem a situação, uma vez que este é o prazo estipulado pela [Resolução 3.523](#), do Conselho Monetário Nacional (CMN). Os débitos são relativos a prestações de crédito rural para investimentos, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“O produtor precisa ter continuidade de acesso ao crédito, sem acumular, senão terá um montante de difícil absorção no futuro”, explicou Sperotto. A regularização é válida apenas para quem estava em dia até 31 de dezembro de 2006. De acordo com a norma do CMN, o produtor poderá ter rebates de 15% sobre o valor das prestações, desde que pague 15% até amanhã e prorrogue outros 70% do montante das parcelas para um ano após o vencimento da última prestação referente ao contrato.

Outra opção para o produtor é amortizar 15% e prorrogar 80%, também para um ano depois do vencimento, desde que ele pague 5% do valor das parcelas. Outra opção é prorrogar 100%. No entanto, o mutuário perderá o direito ao bônus e a rolagem dependerá de análise “caso a caso” pelo banco. Os abatimentos valem para os seguintes programas:

- Moderagro (Prosolo, Propasto e Sisvárzeas)
- Moderinfra (Proirriga e Proazem)
- Prodeagro (Aqüicultura, Prodamel, Prodecap, Prodeflor e Proleite)
- Prodefruta (Profruta, Procacau, Prodevinho e Procaju)
- Moderfrota
- Prodecoop
- Finame Agrícola Especial
- Proger Rural

Marina Silva quer vetar empréstimos a desmatadores - Eduardo Nunomura – Estado de São Paulo – Vida & - 15/02/2008

Ministra voltou a negar que exista a possibilidade de perdão aos que derrubaram floresta ilegalmente

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou ontem que sua pasta já está trabalhando para implementar o Decreto 6.321, de dezembro de 2007, que aperta o cerco à atividade de extração ilegal de madeira na Amazônia, e voltou a negar que haja possibilidade de perdoar quem já desmatou na região. “Estamos trabalhando para cumprir e implementar o decreto e a portaria (do ministério). E teremos reuniões com bancos públicos para que não se dê financiamento nem apoio a atividades que sejam ilegais”, disse, durante seminário em Belém.

Na terça-feira, em reunião com produtores e parlamentares de Mato Grosso, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que vai propor ao governo uma discussão sobre as regras do decreto. Ontem, ao ser questionada pelo Estado sobre a divergência entre os discursos dela e de Stephanes, Marina desconversou. “Não conheço essa afirmação do ministro, portanto não vou dar opinião.” Mas a ministra disse que o decreto segue o que foi definido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com base em “critérios altamente rigorosos”, e que está trabalhando para implementá-lo.

A norma que Stephanes quer revisar dificulta a concessão de créditos a quem já foi além da conta na destruição da Amazônia - o desmate autorizado é de 20% da área da propriedade. Stephanes afirmou que proporá a rediscussão pois é preciso “encontrar uma solução para quem desmatou dentro da lei”, referindo-se aos casos anteriores a 1996.

EMPENHO - Em Belém, Marina Silva fez um discurso acalorado para superintendentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), reunidos na manhã de ontem. Citou ações de sua pasta, pediu

empenho dos governos estaduais no combate ao desmatamento e foi bastante aplaudida ao dizer que quer não só divulgar a lista dos 150 maiores contraventores ambientais como também a dos 150 maiores respeitadores da floresta.

No Seminário de Avaliação e Planejamento das Ações de Monitoramento e Controle dos Desmatamentos na Amazônia, a ministra disse que Advocacia-Geral da União, Polícia Federal, Agência Brasileira de Inteligência, Força de Segurança Nacional e Ibama estão elaborando a lista dos 150 maiores desmatadores. “Estamos trabalhando para instruir adequadamente os processos e criminalizar aqueles que são responsáveis pelas contravenções ambientais.” A ministra voltou a deixar claro que é contra qualquer tipo de anistia a quem já desmatou. “O que não podemos fazer é ver a política de passar a mão na cabeça daqueles que estão fazendo ilegalmente e dizer que não tem problema, que não precisam cumprir a lei”, afirmou. “Quem faz esse tipo de discurso está prestando um desserviço ao País e aos próprios produtores, até porque já temos gente que está fazendo corretamente.”

O presidente Lula comentou, dois dias atrás, que o governo não é “daqueles que defendem a Amazônia como um santuário da humanidade”. Confrontada com a frase, Marina não respondeu diretamente. “Entendemos que a Amazônia deve ser preservada, mas devemos promover a forma correta de usar seus recursos naturais.” E completou: “Aqui não é terra sem lei. Não podemos imaginar que a Amazônia é o lugar que se pode esquecer a legislação.”

BNDES fará 'especulação do bem' - Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 15/02/2008

O Departamento de Meio Ambiente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estuda financiar a compra de terras no País com o objetivo de conter o desmatamento. A medida beneficiaria diretamente outros biomas, mas “tem sinal político forte” para a Amazônia, diz a representante nacional da organização americana de preservação da natureza TNC, Ana Cristina Barros. O plano do BNDES é baseado em projeto desenvolvido pela TNC há dois anos em Lucas do Rio Verde (MT).

“Isso daria valor à floresta em pé, para se contrapor à questão de que a floresta vale mais depois de aberta. O financiamento de áreas de reserva legal não existe hoje. Estamos estudando a possibilidade de financiar a aquisição de terras”, disse ao Estado o chefe do departamento de Meio Ambiente do BNDES, Eduardo Bandeira de Mello.

O projeto depende de uma mudança no estatuto do banco, que não prevê o financiamento de terrenos. “Isso não é problema, seria o caso de uma excepcionalidade, que é concedida pela diretoria. Não acredito que haja entrave ou limite para o volume de recursos. Mas é um projeto ainda”, declarou Mello. Ele define o eventual financiamento como “especulação do bem”.

Criada em 1951, nos Estados Unidos, a TNC atua no Brasil desde a década de 1980. “Foram eles que abriram os nossos olhos para essa questão”, afirma Mello. O diretor também anunciou que está em discussão no BNDES um programa de ajuda aos Estados, “para fortalecer os órgãos locais de meio ambiente.”

Débitos rurais devem ser cobrados por execução cível - Luiza de Carvalho – Valor Econômico – Legislação e Tributos - 19/02/2008

Um produtor rural do Rio Grande do Sul obteve no Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região vitória sobre uma questão ainda controversa na Justiça: a cobrança de créditos rurais referentes à securitização, plano criado em 1996 para renegociar débitos de até R\$ 200 mil. A corte entendeu que o débito de R\$ 380 mil do produtor não pode ser cobrado pelo rito da execução fiscal - procedimento que tem se intensificado nos últimos anos -, mas pela execução civil. No ano passado, o TRF proferiu uma decisão similar e, ao que se sabe, são as únicas decisões de segunda instância sobre o tema. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) ainda não analisou a questão. Já na primeira instância, há diferentes entendimentos nas varas federais do país.

De acordo a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), há cerca de 300 mil contratos de securitização no país, e o saldo devedor decorrente dos planos de alongamento de débitos rurais é de aproximadamente R\$ 22 bilhões. A discussão ocorre porque a Medida Provisória nº 2.196, em 2001, transferiu as dívidas rurais dos bancos federais ao Tesouro Nacional, o que implicou na alteração da forma de cobrança das dívidas. O débito rural passou a ser inscrito na dívida ativa da União e os proprietários passaram a sofrer execuções fiscais em cobranças judiciais movidas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGNF) - o que acarreta em uma majoração da dívida em 20%. Além disto, há a inclusão dos devedores no Cadastro de Inadimplentes (Cadin), dificultando os financiamentos.

Estes motivos levaram os produtores rurais a questionarem a execução fiscal de suas dívidas na Justiça. Foi o caso do produtor rural de Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, que propôs ação para questionar a forma de cobrança de uma dívida de R\$ 380 mil. A Vara Federal daquela município, porém, entendeu que para apresentar os embargos seria preciso o depósito integral da multa, o que levou o produtor a recorrer ao TRF. O tribunal entendeu, porém, que o depósito não era necessário e, no mérito, decidiu que, se o crédito cedido ou adquirido não podia ser cobrado por meio de execução fiscal, ao novo credor não cabe utilizar rito especial. Segundo o advogado Ricardo Vollbrecht, do Kümmel & Kümmel Advogados Associados, que defende o proprietário, a banca possui outras seis ações deste tema em trâmite no TRF.

Na Bahia, o Sindicato Rural Patronal de Vitória da Conquista conseguiu na primeira instância o reconhecimento de que os débitos de origem privada não poderiam ser inscritos em dívida ativa. Para o advogado Ricardo Alfonsin, presidente do Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural e que atuou no processo, já foram propostas centenas de ações individuais pelo país. Segundo ele, a categoria aguarda uma manifestação do Ministério da Agricultura sobre o tema, prometida para o dia 31 de março.

De acordo com Fabrício Da Soller, procurador-adjunto da PGFN, a Fazenda propõe as ações de cobrança baseada na Lei nº 4.320, de 1964, pela qual o crédito da União deve ser inscrito na dívida ativa, e na Lei nº 6.830, de 1980, que determina a cobrança por meio da execução fiscal, seja qual for a natureza da dívida. "Estamos bem embasados na legislação e aguardamos a palavra final do STJ", diz Da Soller.

Renovação de cafezais volta a ter recursos do governo - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 20/02/2008

Pela primeira vez depois de 14 anos, a cafeicultura deverá receber investimentos do governo para a renovação das lavouras. Dos R\$ 2,4 bilhões previstos no orçamento do Funcafé (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira) para 2008, R\$ 240 milhões deverão ser destinados à renovação dos cafezais e em inovação tecnológica dos parques industriais do setor.

Nos últimos anos, mais de 95% dos recursos do Funcafé foram destinados ao financiamento do custeio, colheita, estocagem e pré-comercialização. Concentrados nas mãos do setor produtivo, esses recursos geraram forte polêmica no ano passado, colocando em lados opostos cafeicultores e indústrias, estas apoiadas pelos exportadores.

Mas com a aprovação desses recursos para investimentos, os ânimos se acalmam por ora, uma vez que toda a cadeia se beneficia. "Com boa parte dos cafezais velhos, a produtividade das lavouras fica mais baixa. Essa renovação estimulará maior produtividade no campo", diz Nathan Herszkowicz, diretor da Associação da Indústria do Café (Abic). Esses recursos, aprovados durante reunião do CDPC (Conselho Deliberativo da Política do Café) no início de fevereiro, ainda depende da aprovação de voto no CMN (Conselho Monetário Nacional). Um grupo de trabalho será criado para discutir como esses recursos serão utilizados.

Os custos de renovação dos cafezais são altos, em torno de R\$ 2 mil por hectare. Com um total de 2,1 milhões de hectares plantados com café no país, o ideal é que pelo menos 10% da área seja renovada por safra. No entanto, menos de 3% tem recebido investimentos nos últimos anos, afirma Gilson Ximenes, presidente do Conselho Nacional do Café (CNC). "O certo mesmo é arrancar as árvores de café a cada 15 a 20 anos", afirma ele.

Embora muitas regiões do país tenham produtividade média acima de 30 sacas por hectare, a média nacional gira em torno de 20 sacas. Na Costa Rica, a média por safra gira em torno de 27 sacas. "A Costa Rica investiu muito na renovação dos cafezais", afirma Herszkowicz.

Mesmo com os preços internacionais do café batendo o maior patamar de quase dez anos, os produtores argumentam que os custos de produção no país cresceram, inviabilizando os investimentos no campo. Com um endividamento superior a R\$ 2 bilhões, concentrado sobretudo no Sul de Minas Gerais, os produtores estão concentrando seus esforços para a rolagem de dívida.

Analistas ouvidos pelo Valor afirmam que o programa de rolagem de dívida estimula o setor produtivo a segurar as vendas. O setor produtivo passou por uma forte crise no início dos anos 2000, mas a recuperação dos preços do café no mercado internacional nos últimos três anos voltou a dar fôlego para o setor. "É preciso lembrar, contudo, que os

custos de produção do setor subiram neste período", afirma Sérgio Carvalhaes, do Escritório Carvalhaes, de Santos (SP).

Apesar de aprovada pelo orçamento, a liberação dos recursos do Funcafé para investimentos em lavouras e parques industriais não deverá ocorrer tão cedo. Este pleito não deverá ser votado na próxima reunião do CMN, previsto para a última semana de fevereiro, segundo Lucas Ferreira, diretor de café do Ministério da Agricultura.

Embora ainda esteja sob "embargo", a aprovação desses recursos é uma conquista para Abic, uma vez que a proposta foi levada pela entidade às discussões do CDPC. As indústrias deverão se beneficiar diretamente desses recursos, já que uma parte deverá ser destinada para a melhoria do parque industrial. "Pequenas empresas poderão renovar seus equipamentos e investir em produtos de melhor qualidade."

Desde que foi criado pela Abic, em 2004, o Programa de Qualidade do Café (PQC), voltado para as torrefadoras, já certificou 263 marcas de café no país (de mais de 2 mil), envolvendo 48 indústrias. Deste total, 53% são marcas tradicionais. O restante refere-se ao produto gourmet e especiais.

Estimulados pela melhoria da qualidade do grão, o consumo no país tem crescido. No ano passado, o Brasil consumiu 17,1 milhões de sacas de café. Para este ano, a meta é atingir 18 milhões de sacas, segundo Herszkowicz.

Projeto prevê alongamento de dívida rural por até 20 anos - Sítio Eletrônico da CNA - 21/02/2008

Tramita na Câmara o [Projeto de Lei 2092/07](#), do deputado Marcos Montes (DEM-MG), que concede uma ampla renegociação das dívidas dos produtores rurais, permitindo o alongamento do saldo devedor por até 20 anos. Chamada de Programa de Reestruturação do Passivo do Setor Rural Brasileiro, a repactuação alcança todas as linhas de financiamento, incluindo as já renegociadas, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que reúne as instituições financeiras autorizadas a operar com o campo.

O saldo total a ser revisto será limitado a R\$ 10 bilhões, bancado por emissões de títulos públicos a cargo do Tesouro Nacional. Os recursos que hoje são obrigatoriamente canalizados para o crédito rural - definidos na Lei 8.171/91 - também poderão ser usados para o refinanciamento das dívidas, segundo a proposta.

O alongamento beneficia as dívidas contraídas até 31 de dezembro de 2006 por produtores pessoas físicas e jurídicas (cooperativas, condomínios e associações), mesmo os que já tenham encerrado as atividades. Para efeitos de renegociação, será tomado o saldo devedor existente em 31 de outubro de 2007.

Também poderão entrar no refinanciamento as operações contratadas ao longo de 2007 para quitar os atrasados. Isso inclui até operações de crédito direto ao consumidor (CDC). Neste último caso, haverá necessidade de concordância do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Faep quer solução para dívidas dos cafeicultores – Sítio Eletrônico da CNA – 22/02/2008

O presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Ágide Meneguette, encaminhou ofício aos ministérios da Agricultura e da Fazenda pedindo uma solução para as dívidas dos cafeicultores. No documento, Meneguette cobra do governo a inclusão nas prorrogações das parcelas de financiamento de custeios do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) vencidas em 2007, a repactuação das linhas de Cédula de Produto Rural (CPR) e a alteração nas condições de pagamento das dívidas do Funcafé alongadas.

Veja a íntegra do documento:

"Em 31 de janeiro de 2008 o Conselho Monetário Nacional (CMN), editou as Resoluções nº 3537 e nº 3538 estipulando novos prazos de vencimento para algumas modalidades de dívidas agrícolas, inclusive dos cafeicultores. As medidas atendem algumas regiões do país e poucas linhas de financiamento, beneficiando um universo pequeno de produtores.

No Paraná, as parcelas de custeio do Funcafé venceram em 2007. Porém, o governo concedeu prazo adicional para pagamento dos financiamentos de custeio apenas para operações com vencimento no período de 2 de janeiro a 30 de junho de 2008. Desta forma, o CMN contrariou o tratamento isonômico que deve ser dado aos produtores de todas as regiões.

Logo, os cafeicultores paranaenses não foram contemplados e estão inadimplentes nestas operações. Caso o governo não reverta essa situação, eles devem ser inscritos nas listas de restrições de crédito, em especial no Serasa, nos próximos dias.

Da mesma forma, as condições de contratação das dívidas na modalidade do Funcafé "dação em pagamento" (alongadas) foram determinadas em 2001. Na época, os financiamentos foram parcelados em até 12 anos. O cenário econômico e de taxa de juros era totalmente diferente do existente hoje. Faz-se necessário tirar a gordura dos juros que encarecem estas operações e adotar condições de prazo e encargos financeiros idênticos às linhas de Securitização e Pesa.

Diante do exposto, solicitamos a implementação, em caráter de urgência, das seguintes medidas:

1. Parcelas de financiamento do custeio de Funcafé:

- Conceder prazo adicional para pagamento dos financiamentos de custeio para operações com vencimento em 2007;

- Sustar o envio dos produtores rurais para as listas de restrição de crédito como o Serasa, enquanto o CMN não definir novas regras para o pagamento das dívidas vencidas;

2. Funcafé dação - celebradas com recursos do Funcafé, cujos créditos foram recebidos pela União em dação em pagamento, nos termos do art. 3º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24/08/2001:

- Alongar até 2.025, a exemplo da Securitização e do Pesa, o prazo final de pagamento destas operações;

- Ampliar o bônus de adimplência, reduzindo os encargos financeiros para 4% ao ano;

3. CPR (Cédula de Produto Rural):

- Criar uma linha de refinanciamento destas dívidas.

CNA defende suspensão de cobranças de dívidas até lançamento do PAC – Sítio Eletrônico da CNA – 26/02/2008

A Comissão Nacional do Cacau da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) encaminhou ontem (25/2) ofício ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pedindo que a cobrança das dívidas dos cacauicultores sejam suspensas até o lançamento do Plano Executivo para Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação do Agronegócio na Região Cacaueira da Bahia. Conhecido como PAC do Cacau, o plano prevê o equacionamento das dívidas da lavoura cacaueira e a diversificação do agronegócio na região. O documento também foi encaminhado ao governador da Bahia, Jacques Wagner, e aos ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e da Casa Civil, Dilma Roussef.

O presidente da Comissão da CNA, José Mendes, explica que, segundo informações veiculadas na imprensa, o plano já estaria em fase de conclusão. No entanto, os produtores de cacau têm recebido avisos de cobrança por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e têm sido inscritos na Dívida Ativa da União. “Os avisos de cobranças dizem que em caso de não pagamento será ajuizada a competente ação de execução fiscal, o que resultará em penhora dos bens e a conseqüente alienação em leilão. Ao invés de uma solução, estamos recebendo uma enxurrada de cobranças”, completa. Mendes alerta ainda que se essas cobranças persistirem, os produtores “estarão mergulhados em uma situação de mais extrema gravidade e a implementação do PAC do Cacau será prejudicada”.

A iniciativa da Comissão da CNA partiu da cobrança de uma solução definitiva para o problema do cacau feita pelo presidente Lula ao governador da Bahia, em julho de 2007, durante o anúncio dos investimentos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) nas áreas de saneamento e habitação no estado.

Prazo para adesão ao Garantia-Safra termina hoje (29) – Sítio Eletrônico do MDA – 26/02/2008

Termina nesta sexta-feira (29) o prazo para pagamento do valor referente à adesão dos agricultores familiares ao Programa Garantia-Safra. O programa é um seguro de renda para os agricultores familiares que vivem em municípios do Semi-Árido e que comprovem perda de pelo menos 50% da produção esperada em função da seca. Para receber o benefício no valor de R\$ 550,00, pagos em cinco parcelas de R\$ 110,00, os agricultores precisam aderir ao programa.

A ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), faz parte de um conjunto de ações que visa conviver com o problema da seca na região do Semi-Árido como um fenômeno climático capaz de envolver forte repercussão social e econômica.

Boleto Bancário - Segundo o coordenador do programa, José Arnaldo Brito, os agricultores que já preencheram a Declaração de Aptidão (DAP) e que ainda não receberam o boleto bancário para recolhimento do valor relativo ao Fundo Garantia-Safra, devem

procurar a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) de seu estado ou a prefeitura de seu município para se informar.

De posse do boleto, cada agricultor que foi selecionado para participar do programa deve ir até uma agência ou aos postos de atendimento da Caixa Econômica Federal (CEF) e recolher o valor referente ao Fundo, que é de R\$ 5,50. Efetuado o pagamento, o agricultor familiar está, automaticamente inscrito no programa.

Porém, além dos agricultores, a adesão deve ser feita também pelos estados e municípios. Por isso, vencido este primeiro passo, a CEF encaminha um relatório ao MDA com o número de agricultores que efetuaram o pagamento do boleto, sobre os quais cada município terá que recolher o valor relativo ao Fundo, assim como, posteriormente, os estados e a União.

Conclusão do processo de adesão - Segundo Brito, um número considerável de municípios nos estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba ainda não concluíu o processo de adesão, que depende em primeiro lugar da ação dos próprios agricultores.

Além da participação no Fundo Garantia-Safra, há uma série de outros critérios para os agricultores familiares participarem do programa, como por exemplo, ter renda bruta familiar mensal de até 1,5 salário mínimo, cultivar arroz, algodão, feijão, mandioca ou milho em área não irrigada entre 0,6 e 10 hectares.

Entidades ligadas à Agricultura Familiar discutem Pronaf Sistêmico - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf-sul - 28 de fevereiro de 2008

Novo programa do Governo Federal visa financiar o conjunto da propriedade em uma única operação de crédito e ainda proporcionar um desenvolvimento ambiental equilibrado

Uma das grandes novidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para 2008, é a criação do Pronaf Sistêmico. Um debate sobre este assunto aconteceu na manhã de hoje (28 de janeiro) em Chapecó – SC, entre representantes da Cresol Central, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura familiar (Fetraf-Sul), da Epagri e da Secretaria da Agricultura Familiar, pertencente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Este encontro foi motivado por uma série de reivindicações solicitadas ao Governo Federal em 2007 e que agora ajustam e formalizam propostas que serão encaminhadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Estas propostas solicitavam que fossem criadas linhas de crédito para atender as demandas dos agricultores que não estavam assistidas, proporcionar investimentos em atividades que pudessem criar um desenvolvimento sustentável e equilibrado ambientalmente, e ainda que oferecessem uma condição de renda diferenciada para o agricultor. “A reunião de hoje inicia a implementação deste novo desenho do Pronaf que a longo prazo pode construir propriedades rurais mais diversificadas, agricultores mais

felizes, e um equilíbrio maior com as águas e com os rios”, destaca o coordenador da Fetraf-Sul, Altemir Tortelli.

Para o funcionamento do Pronaf Sistêmico deverá haver um técnico que dialogue com a família para orientar e discutir conjuntamente melhorias e investimentos a serem feitas na unidade familiar como um todo, explica o coordenador Geral de Financiamento à Produção Rural da SAF/MDA, João Luís Guadagnin. “Cerca de 35% das demandas de crédito da propriedade e da família que não são atendidas com as linhas de crédito tradicional, agora poderão ser contempladas”, destaca. “Hoje a Cresol Central, a Fetraf-Sul e a Epagri discutiram e apontaram importantes questões a serem aperfeiçoadas neste projeto preliminar do Pronaf Sistêmico, o qual deverá ser concluído em 18 meses”, finaliza.

Para o presidente da Cresol Central SC/RS, Claudio Risson, “esta simplificação irá agilizar o processo e facilitar as liberações. “Nossa expectativa, é financiar as necessidades dos agricultores e pensar na sustentabilidade a longo prazo. Desta forma, além de fazer o papel de agente financeiro, estamos contribuindo para que a propriedade avance e que o associado cresça”, conclui.

Sobre o Pronaf Sistêmico - O Pronaf Sistêmico será uma linha de crédito rural de custeio e investimento para atividades agropecuárias e não-agropecuárias, sendo que permitirá financiar um conjunto de despesas que estejam conceituadas como manutenção do agricultor e de sua família. Com isso, as verbas podem contemplar além de investimentos para lavoura e aquisição de equipamentos e melhorias, compra de medicamentos, roupas e utilidades domésticas, além de outros gastos necessários para o bem-estar da família. *Última Atualização (28 de fevereiro de 2008)

CMN aprova exigências ambientais para liberação de crédito rural na Amazônia - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 28/02/2008

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou nesta quinta-feira (28/02) voto que determina a inclusão de critérios ambientais para contratação de crédito da safra 2008/2009 no bioma Amazônia. Com isso, aumenta o rigor na liberação de financiamentos para produtores que desmatam ilegalmente. A medida vale para instituições financeiras públicas e privadas e faz parte de uma série de ações que estão sendo implementadas para reduzir tendência de aumento do desmatamento na Amazônia, detectada no segundo semestre de 2007.

De acordo com o texto, a partir da próxima safra, a concessão de financiamentos ao amparo dos recursos controlados e não controlados do crédito rural para atividades agropecuárias nos municípios que integram o bioma, ficará condicionada à apresentação, pelos produtores, dos seguintes documentos: Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) vigente e certificado, certidão ou licença ambiental vigente do imóvel onde será implantado o projeto a ser financiado e declaração de que inexistem embargos vigentes de uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente no imóvel. As regras valem também para financiamento a parceiros, meeiros e arrendatários. A liberação do crédito deverá observar,

ainda, as recomendações e restrições do zoneamento ecológico-econômico (Decreto 4.297/02).

Beneficiários enquadrados no Pronaf e produtores rurais que disponham de área não superior a quatro módulos fiscais, devem apresentar - no lugar do CCIR e da licença ambiental - uma declaração individual atestando a existência física de reserva legal e área de preservação permanente, conforme previsto no Código Florestal. Devem atender, no entanto, às demais exigências da legislação ambiental e não podem estar com áreas incluídas nos embargos. Produtores enquadrados no Grupo 'B' (famílias com renda anual até R\$ 4 mil), estão isentos de apresentação desses documentos.

O crédito rural para custeio ou investimento, independentemente do porte do tomador e das atividades a serem desenvolvidas, ficará restrito ao limite do financiamento do respectivo programa ou linha de crédito e ao valor compatível com a área passível de exploração, conforme definido pelo Código Florestal para a respectiva localidade. No caso de imóvel em processo de regularização, o potencial de uso será aquele definido no cronograma do projeto de recuperação de área degradada aprovado pelo órgão estadual de meio ambiente.

Excluem-se da restrição de área passível de exploração, para efeitos do valor do financiamento: exploração extrativista ecologicamente sustentável, e plano de manejo florestal sustentável, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento; e adequação ambiental, mediante recomposição, regeneração e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental.

As medidas não acarretarão impacto adicional nas contas públicas e foram tomadas em função do crescimento acelerado do setor agropecuário brasileiro nos últimos anos, como forma de garantir que o desenvolvimento das atividades no campo ocorra mediante uso sustentável dos recursos naturais. A concessão de crédito mediante critérios ambientais também faz parte de um conjunto de ações para pôr em prática o Decreto nº 6.231, de 21 de dezembro de 2007, que estabeleceu medidas para prevenir, monitorar e controlar o desmatamento no Bioma Amazônia.

Para conter desmatamento, novas regras dificultam crédito rural - Fabio Graner – Estado de São Paulo – Vida & - 29/02/2008

CMN aumentou exigências para liberar financiamentos ao agronegócio e a assentados em áreas de floresta

Ficará mais difícil financiar o agronegócio dos grandes produtores e dos agricultores dos assentamentos rurais na região Amazônica. As exigências adicionais para a concessão de crédito rural na Amazônia, para ajudar no combate ao desmatamento desenfreado da floresta, foram criadas ontem pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Mapas e números do desmatamento

Segundo o secretário-adjunto de política econômica, Gilson Bittencourt, quando o produtor solicitar o financiamento terá de apresentar: número do cadastro do imóvel no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), documento que comprove a regularidade ambiental - por exemplo, certidão emitida por secretaria do Meio Ambiente ou protocolo de entrega de documentação para regularização ambiental - e ainda assinar um documento que ateste não haver embargo ambiental na região do empreendimento.

Bittencourt disse que a regra tem que ser cumprida por todos os bancos públicos e privados que trabalhem com crédito rural. Caberá aos bancos conferir, no sistema eletrônico do Estado em que é feito o pedido de crédito, a existência do número de inscrição no Incra e verificar se a licença ambiental está correta ou se o protocolo de entrega do pedido de regularização de fato existe.

Há, ainda, uma outra regra, que atinge os assentados rurais. Nesse caso, o Incra terá de dar uma declaração de regularidade ambiental. As medidas, segundo Bittencourt, são mais um instrumento para evitar a ampliação do desmatamento na Amazônia. “Estamos criando meios de verificar se a legislação está sendo atendida”, afirmou Bittencourt.

O assessor da Secretaria de Política Econômica (SPE), Aloisio Mello, disse que as medidas são um modo de fazer com que o financiamento agrícola não seja utilizado em áreas irregulares ou com irregularidade.

As medidas valem para as propriedades que estejam em área de floresta - bioma Amazônia. Serão obrigatórias a partir de 1º de julho. Em 1º de maio, as medidas já serão implementadas em caráter facultativo para que os bancos e os produtores se adaptem às novas regras.

Nos Estados de Roraima e Amapá, onde não há sistema eletrônico, os produtores terão de solicitar no órgão estadual a declaração de regularidade dos dados apresentados.

As novas regras terão duas exceções. Uma delas é para a agricultura familiar. Nesse caso, o produtor terá apenas de assinar uma declaração de que está em situação regular. Bittencourt explicou que a menor exigência para a agricultura familiar é porque, inicialmente, o governo quer focar nos grandes produtores. A segunda exceção é para o Pronaf B, em que os produtores podem pegar financiamento de até R\$ 1.500,00 por ano e ter renda de até R\$ 4 mil por ano. Nesse caso, não haverá exigência alguma, pois não são esses produtores que estão devastando a Amazônia.

Estudos de órgãos oficiais e organizações não-governamentais mostram que as facilidades de crédito oferecidas, por exemplo, pelo Banco da Amazônia (Basa) para o setor de pecuária, tanto para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) como para produtores maiores, contribuíram para o desmatamento da Amazônia nos últimos cinco meses do ano passado. Estudo do cientista Paulo Barreto, pesquisador sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, indica que isso está

ocorrendo porque o Pronaf empresta recursos em todo o Brasil a taxas de juros que variam de 1% a 4% ao ano, além de descontos de 40% sobre o principal para valores até R\$ 12 mil.

Bancos restringem empréstimos a produtor ligado a desmatamento – Folha de São Paulo – Brasil – 29/02/2008

Governo aumenta rigor para concessão de financiamentos na Amazônia Legal

Os bancos privados e públicos deverão levar em conta critérios ambientais na concessão de empréstimos para o financiamento da safra agrícola nos 550 municípios da Amazônia Legal. O objetivo da medida, aprovada ontem pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), é impedir empréstimos para os produtores que realizam desmatamento ilegal.

Ao tornar mais rigorosa a concessão de financiamentos para a região, o governo adota medida para combater o desmatamento na área, que cresceu no final de 2007. Pelas regras aprovadas ontem, ao solicitar o empréstimo, os produtores rurais da região terão de apresentar certificados ou licença ambiental, do imóvel onde será implantado o projeto. Terão de apresentar ainda uma declaração de que não existe proibição de uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente no imóvel.

As regras valem também para financiamento a parceiros, meeiros e arrendatários do mesmo imóvel. No caso das famílias com renda anual até R\$ 4.000, será exigida declaração individual atestando a existência física de reserva legal e área de preservação, conforme previsto no Código Florestal.

O crédito rural para custeio ou investimento ficará restrito ao limite do financiamento do respectivo programa ou linha de crédito e ao valor compatível com a área passível de exploração, conforme previsto no Código Florestal para a localidade.

No caso de imóvel em processo de regularização, o potencial de uso da área será o definido no cronograma do projeto de recuperação de área degradada aprovado pelo órgão estadual de meio ambiente.

As regras foram acertadas no último dia 11, durante reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os ministros Marina Silva (Meio Ambiente), Guido Mantega (Fazenda) e Miguel Jorge (Desenvolvimento).

Em nota, a pasta do Meio Ambiente disse que as restrições para financiamentos foram adotadas devido ao crescimento acelerado do setor agropecuário brasileiro nos últimos anos. É uma maneira, diz a nota, de garantir que o desenvolvimento das atividades no campo ocorra mediante uso sustentável dos recursos naturais.

No dia 11, Lula disse que não considerava correto financiar projetos que darão prejuízo ao país devido ao envolvimento dos proprietários com desmatamento ilegal na Amazônia.

Pela legislação, quem descumprir as regras está sujeito "à perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo poder público" e "à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento".

Crédito para arroz – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 29/02/2008

Os produtores esperam a aprovação, na próxima semana, de R\$ 300 milhões para AGF (Aquisições do Governo Federal) e R\$ 300 milhões para programas de sustentação de preços -PEP, VEP e Pepro. Outros R\$ 400 milhões de EGF (Empréstimos do Governo Federal) foram anunciados pelo BB.

Governo corta incentivos ao plantio direto – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 29/02/2008

O Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu quinta-feira suprimir incentivos concedidos aos produtores de milho, soja, trigo, feijão e cevada na contratação do seguro oficial de crédito (Proagro). Desde 1997, os produtores que adotassem a técnica do plantio direto, dedicada à conservação dos solos, tinham redução de um ponto percentual na alíquota do prêmio do Proagro nessas cinco lavouras. Também ganhavam direito a 100% de cobertura do seguro oficial, independente do sistema de bonificação adotado.

A medida deve resultar na economia de R\$ 50 milhões aos cofres do Tesouro Nacional nos próximos seis anos, estima o gerente-executivo de Crédito Rural e Proagro do Banco Central, Deoclécio de Souza. De 2001 a 2007, o Tesouro gastou R\$ 95 milhões com a equalização entre receitas e despesas do Proagro nessas cinco culturas. "Não haverá retrocesso ao plantio direto. O produtor já incorporou a técnica, elevou sua margem e não deixará de usar uma tecnologia que reduz custos", disse. O governo estima que o plantio direto seja utilizado em 25 milhões de hectares do país.

Na reunião, o CMN também decidiu realocar R\$ 450 milhões dos programas de investimento sob administração do BNDES. Com a medida, o Prodecoop, dedicado ao financiamento de investimentos em cooperativas agropecuárias, terá orçamento adicional de R\$ 600 milhões para o ano-safra 2007/08, que termina em 30 de junho. Os recursos sairão do programa Moderagro (correção de solos e recuperação de pastagens), cuja demanda tem ficado abaixo do esperado.

O CMN também incluiu o Estado de Rondônia como área de abrangência do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) no caso de financiamento destinados à produção de leite.(MZ)

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do Desenvolvimento Agrário

